



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 015/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2113/2007 (7 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Borba.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 47/2013 (fls. 1290/1295).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2966/2013- DMP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1296/1297).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2006. Prefeitura Municipal de Borba.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Borba, exercício de 2006, de responsabilidade do **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito Municipal, à época, nos termos do art. 3º, III, da Resolução n. 9/97-TCE/AM;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 015/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2113/2007 – FL.02.

10-Ata: 40ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 09 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Convocada

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP_da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 015/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 015/2013)

1-Processo TCE nº 2113/2007 (7 Vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Borba.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 47/2013 (fls. 1290/1295).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2966/2013- DMP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1296/1297).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2006. Prefeitura Municipal de Borba.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Autorização da inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual. Recomendação à Prefeitura Municipal de Borba e MPC. Comunicação ao Órgão de origem e ao TCU. Determinação à DICAMI.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- JULGAR IRREGULAR a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Borba, referente ao exercício de 2006, de responsabilidade do **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.2- APLICAR MULTA no valor total de **R\$ 21.922,61** ao **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos moldes discriminados a seguir:

9.2.1- R\$ 1.096,03 pelo **atraso no envio de dados, via ACP**, ocorrido nos meses de **janeiro a dezembro**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n.º 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 015/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 015/2013)

Processo TCE nº 2113/2007 – FL.02.

9.2.2- R\$ 1.096,03 pela **má alimentação do sistema ACP**, tendo em vista a **ausência de informações de ajustes discriminados pela Comissão de Inspeção, assim como a inserção de dados incorretos relacionados à área de pessoal**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.3- R\$ 1.096,03 por cada bimestre em que houve atraso no encaminhamento dos **Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária**, ou seja, **1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, totalizando** o valor de **R\$ 6.578,18**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.4- R\$ 1.096,03 por cada semestre em que houve atraso no encaminhamento dos **Relatórios de Gestão Fiscal**, ou seja, **1º e 2º semestres, totalizando** o valor de **R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.5- R\$ 2.192,06, com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM, pelas impropriedades discriminadas a seguir:

9.2.5.1- não atendimento, sem causa justificada, às diligências desta Corte de Contas materializadas nas notificações n. 147/2011-SECAM/DEENG (fls. 1.169/1.177, vol. 6) e 20/2012-DCOP (fls. 1.283/1.285, vol. 7);

9.2.5.2- não atendimento à diligência deste Tribunal quanto a restrição n. 8-b do Relatório Conclusivo n. 4/2012-CI/DCAMI (fls. 1.210/1.232, vol. 7), e os itens 12, 14 e 19 da Diligência Ministerial n. 524/2008 (fls. 759/762, vol. 4), materializada na Notificação n. 223/2012-DCAMI (fls. 1.244, vol. 7).

9.2.6- R\$ 8.768,25 pela não comprovação de que as despesas relativas ao FUNDEF haviam sido atestadas pelo Conselho Municipal e se foi identificado o destino do bem adquirido, assim como o efetivo uso em benefício do ensino fundamental, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.7- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no item anterior aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.2.8-AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n.º 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 015/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 015/2013)

Processo TCE nº 2113/2007 – FL.03.

Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.2.9- RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Borba que:

9.2.9.1- observe com maior rigor a formalização dos documentos contábeis;

9.2.9.2- observe o prazo para envio de dados informatizados pelo sistema ACP, nos termos do art. 4º, *caput*, da Resolução n. 10/2012-TCE/AM;

9.2.9.3- observe o prazo para envio dos dados relativos ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária, nos termos do art. 1º, II, da Resolução n. 11/2009-TCE/AM;

9.2.9.4- observe o prazo para envio dos dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 32, II, “h”, da Lei Estadual n. 2.423/96, com a nova redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 120/2013;

9.2.9.5- solicite ao Conselho Municipal que aprecie com maior rigor o uso dos recursos relacionados ao FUNDEF;

9.2.9.6- observe, no controle de combustíveis, os indicadores elencados pelo Ministério Público de Contas no item 14 da Diligência n. 524/2008 (fls. 759/762, vol. 4);

9.2.9.7- ao firmar contratos de serviços advocatícios, observe os indicadores elencados pelo Ministério Público de Contas no item 19 da Diligência n. 524/2008 (fls. 759/762, vol. 4).

9.3- RECOMENDAR ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.4- COMUNICAR à Prefeitura Municipal de Borba que a eventual reincidência nas impropriedades constatadas nos autos poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, conforme prevê o art. 22, III, §1º, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.5- COMUNICAR ao Tribunal de Contas da União sobre os pontos controvertidos, detectados “in loco” pela DICOP, relacionados ao contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Borba e a empresa CARAM Empreendimentos Ltda., ajustado na ordem de R\$ 521.302,09, visto que envolve recursos federais, encaminhando-lhe cópias do Relatório de Vistoria situado às fls. 1.179/1.202 (vols. 6 e 7) e da Informação Conclusiva n. 1/2013 (fls. 1.287/1.288, vol. 7);

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n.º 30/2012-TCE/AM - SPEDE



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 015/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 015/2013)

Processo TCE nº 2113/2007 – FL.04.

9.6- DETERMINAR à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI que, nas próximas inspeções, verifique se a origem adotou as recomendações elencadas ao norte.

10-Ata: 40ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 09 de outubro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM - SPEDE